



Av. Itamarati 160 - Itacorubi - FLORIANOPOLIS - SC - CEP 88034-900
CNPJ: 08.336.783/0001-90 Insc. Estadual: 255.266.626
Departamento de Suprimentos - DPSU
Divisão de Planejamento de Suprimentos - DVPS

ATESTADO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA EPP
CPF/CNPJ: 21.997.155/0001-14
SHCGN CR QUADRA 702/703, S/N
ASA NORTE
Brasilia - DF
CEP: 70720-610

Prezados senhores,
Atestamos, a quem interessar, que a empresa acima identificada, forneceu à CELESC S/A o(s) produto(s) abaixo relacionado(s), de acordo com as nossas exigências técnicas, não tendo, até o momento, nada que a desabone.

	Descrição	Data Expedição	Data Encerramento	Quantidade
PC: 4500373253		06.11.2020	04.02.2021	
Item 00010	42878 - Ar condicionado tipo Split 30.000 Btus, HIGH WALL, ciclo quente e frio, motor rotativo, monofásico, 220v com filtro anti-pó, controle remoto sem fio, com funções Sleep, Timer, Dry, selo procel classificação A, homologado pelo Inmetro. Garantia de 12 meses. Gás R-410A.			23,000
PC: 4500373253		06.11.2020	04.02.2021	
Item 00020	42878 - Ar condicionado tipo Split 30.000 Btus, HIGH WALL, ciclo quente e frio, motor rotativo, monofásico, 220v com filtro anti-pó, controle remoto sem fio, com funções Sleep, Timer, Dry, selo procel classificação A, homologado pelo Inmetro. Garantia de 12 meses. Gás R-410A.			7,000
PC: 4500373253		06.11.2020	04.02.2021	
Item 00030	42878 - Ar condicionado tipo Split 30.000 Btus, HIGH WALL, ciclo quente e frio, motor rotativo, monofásico, 220v com filtro anti-pó, controle remoto sem fio, com funções Sleep, Timer, Dry, selo procel classificação A, homologado pelo Inmetro. Garantia de 12 meses. Gás R-410A.			1,000

25/7/2024 | 09:08 BRT

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Flodol Castro
Flodol Castro

Chefe da Divisão de Planejamento de Suprimentos

DocuSigned by:
Josue Charles Klein
Josue Charles Klein

Chefe do Departamento de Suprimentos



Chave de Acesso	Número NF-e	Versão
53-2101-21.997.155/0001-14-55-001-000.003.574-138.752.298-8	3574	4.00

Dados da NF-e

Modelo	Série	Número	Data de Emissão	Data Saída/Entrada	Valor Total da Nota Fiscal
55	1	3574	29/01/2021 16:06:00-03:00		103.749,78

Emitente

CNPJ	Nome / Razão Social	Inscrição Estadual	UF
21.997.155/0001-14	VixBot Solucoes em Informatica Ltda - EPP	0771193700160	DF

Destinatário

CNPJ	Nome / Razão Social	Inscrição Estadual	UF
08.336.783/0001-90	CELESC/SC - Celesc Distribuicao S.A	255266626	SC
Destino da operação	Consumidor final	Presença do Comprador	
2 - Operação Interestadual	0 - Normal	9 - Operação não presencial (outros)	

Emissão

Processo	Versão do Processo	Tipo de Emissão	Finalidade
0 - com aplicativo do Contribuinte	Obj-Df-e	1 - Normal	1 - Normal
Natureza da Operação	Tipo da Operação	Forma de Pagamento	Digest Value da NF-e
Venda de Mercadoria em Venda a Ordem	1 - Saída		VeqeVwd2MF7Mq5Y93Q+JWP6jua4=

Situação Atual: AUTORIZADA (Ambiente de autorização: produção)

Eventos da NF-e	Protocolo	Data Autorização	Data Inclusão AN
Autorização de Uso	353210005798754	02/02/2021 às 16:07:16-03:00	02/02/2021 às 16:08:27
CT-e Autorizado (Órgão Autor: DF)	891210483073763	02/02/2021 às 18:09:03-03:00	02/02/2021 às 18:09:03
CT-e Cancelado (Órgão Autor: DF)	891210483109560	02/02/2021 às 18:10:58-03:00	02/02/2021 às 18:10:58
CT-e Autorizado (Órgão Autor: DF)	891210483271688	02/02/2021 às 18:19:33-03:00	02/02/2021 às 18:19:33
MDF-e Autorizado com CT-e (Órgão Autor: AN)	891210483625815	02/02/2021 às 18:43:17-03:00	02/02/2021 às 18:43:17
Carta de Correção Eletrônica (Órgão Autor: DF)	353210005914257	03/02/2021 às 08:41:59-03:00	03/02/2021 às 08:43:17
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Órgão Autor: MG)	891210493835423	03/02/2021 às 09:47:06-03:00	03/02/2021 às 09:47:06
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Órgão Autor: MG)	891210495802545	03/02/2021 às 11:27:04-03:00	03/02/2021 às 11:27:04
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Órgão Autor: SC)	891210515518770	04/02/2021 às 10:37:48-03:00	04/02/2021 às 10:37:48
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Órgão Autor: SC)	891210517938994	04/02/2021 às 12:42:55-03:00	04/02/2021 às 12:42:55
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Órgão Autor: SC)	891210526046304	04/02/2021 às 20:35:27-03:00	04/02/2021 às 20:35:27
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Órgão Autor: RS)	891210528872982	05/02/2021 às 00:16:36-03:00	05/02/2021 às 00:16:36
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Órgão Autor: RS)	891210586720948	09/02/2021 às 09:57:10-03:00	09/02/2021 às 09:57:10

Carta de Correção

Órgão Recepção do Evento	Ambiente	Versão
53 - DISTRITO FEDERAL	1 - Produção	1.00

Chave de Acesso	Id do Evento
53210121997155000114550010000035741387522988	ID1101105321012199715500011455001000003574138752298802
Autor Evento (CNPJ / CPF)	Data Evento
21.997.155/0001-14	03/02/2021 às 08:38:25-03:00

Tipo de Evento	Sequencial do Evento
110110 - Carta de Correção	2

Detalhes do Evento

Descrição do Evento	Versão
Carta de Correcao	1.00

Texto da Carta de Correção
Correção no campo transporte leia-se: FENIX LOG TRANSPORTES E LOGISTICAS LTDA SIBS QD 2 CJ B LT 15C LOJA 01 BRASÍLIA/DF IE: 0778938700112 CNPJ: 26.526.471/0001-21. Quantidade: 62 volumes

Autorização pela SEFAZ

Mensagem de Autorização	Protocolo	Data/Hora Autorização
135 - Evento registrado e vinculado a NF-e	353210005914257	03/02/2021 às 08:41:59-03:00

Condições de uso da Carta de Correção

A Carta de Correção é disciplinada pelo § 1º-A do art. 7º do Convênio S/N, de 15 de dezembro de 1970 e pode ser utilizada para regularização de erro ocorrido na emissão de documento fiscal, desde que o erro não esteja relacionado com: I - as variáveis que determinam o valor do imposto tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou da prestação; II - a correção de dados cadastrais que implique mudança do remetente ou do destinatário; III - a data de emissão ou de saída.

Dados do Emitente

Nome / Razão Social	Nome Fantasia
VixBot Solucoes em Informatica Ltda - EPP	Vixbot Solucoes
CNPJ	Endereço
21.997.155/0001-14	Setor SAAN Quadra 01, 1035 Parte B
Bairro / Distrito	CEP
Zona Industrial	70632-100
Município	Telefone
5300108 - Brasília	(61)3046-9990
UF	País
DF	1058 - Brasil
Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do Substituto Tributário
0771193700160	
Inscrição Municipal	Município da Ocorrência do Fato Gerador do ICMS
Isento	5300108
CNAE Fiscal	Código de Regime Tributário
4651601	3 - Regime Normal

Dados do Destinatário

Nome / Razão Social
CELESC/SC - Celesc Distribuicao S.A

CNPJ		Endereço
08.336.783/0001-90		BR 101 KM 215, 00
Bairro / Distrito		CEP
centro		88130-050
Município		Telefone
4211900 - Palhoca		(48)3231-6720
UF		País
SC		1058 - Brasil
Indicador IE	Inscrição Estadual	Inscrição SUFRAMA
01 - Contribuinte ICMS (informar a IE do destinatário)	255266626	
IM	E-mail	
	nfe@celesc.com.br	

Local de Retirada

Razão Social ou Nome do Expedidor		
CNPJ	Logradouro	
21.997.155/0001-14	SAAN Quadra 01, 1035 Parte B	
Bairro	Município	UF
Zona Industrial	5300108 - Brasília	DF
CEP	Código do País	
Nome do País	Telefone	
Endereço de e-mail do Expedidor	Inscrição Estadual do Estabelecimento Expedidor	

Dados dos Produtos e Serviços

Num.	Descrição	Qtd.	Unidade Comercial	Valor(R\$)
1	Ar Condicionado Philco 30.000 Btus PAC30000QFM9 QF 220V 096652719 096652720 (k)	23,0000	UN	76.829,93

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
I20303	84151011	2109100
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	6120	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	UN	23,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	UN	23,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
3.340.4317000000	3.340.4317000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
Número da FCI		

ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Tributação do ICMS	Modalidade Definição da BC ICMS NORMAL
4 - Nacional, com produção em conformidade com processo produtivo básico previsto na legislação	00 - Tributada integralmente	3 - Valor da Operação
Base de Cálculo do ICMS Normal	Alíquota do ICMS Normal	Valor do ICMS Normal
76.829,93	12,0000	9.219,59
Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)	

Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		53-Saida não-tributada
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
Base de Cálculo	Alíquota	

PIS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
76.829,93	1,6500	1.267,69

COFINS

CST		
01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))		
Base de Cálculo	Alíquota	Valor
76.829,93	7,6000	5.839,07

2	Ar Condicionado Philco 30.000 Btus PAC30000QFM9 QF 220V 096652719 096652720 (k)	7,0000	UN	23.579,42
---	---	--------	----	-----------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
I20303	84151011	2109100
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	6120	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial

SEM GTIN

Unidade Comercial

UN

Quantidade Comercial

7,0000

Código EAN Tributável

SEM GTIN

Unidade Tributável

UN

Quantidade Tributável

7,0000

Valor unitário de comercialização

3.368,4886000000

Valor unitário de tributação

3.368,4886000000

Número do pedido de compra

Item do pedido de compra

Valor Aproximado dos Tributos

Número da FCI

ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria

4 - Nacional, com produção em conformidade com processo produtivo básico previsto na legislação

Tributação do ICMS

00 - Tributada integralmente

Modalidade Definição da BC ICMS NORMAL

3 - Valor da Operação

Base de Cálculo do ICMS Normal

23.579,42

Alíquota do ICMS Normal

12,0000

Valor do ICMS Normal

2.829,53

Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento

Código de Enquadramento

999

Código do Selo

CNPJ do Produtor

Qtd. Selo

CST

53-Saída não-tributada

Qtd Total Unidade Padrão

Valor por Unidade

Valor IPI

Base de Cálculo

Alíquota

PIS

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

23.579,42

Alíquota

1,6500

Valor

389,06

COFINS

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

23.579,42

Alíquota

7,6000

Valor

1.792,04

3

Ar Condicionado Philco 30.000 Btus PAC30000QFM9 QF 220V 096652719 096652720 (k)

1,0000

UN

3.340,43

Código do Produto

I20303

Código NCM

84151011

Código CEST

2109100

Indicador de Escala Relevante

CNPJ do Fabricante da Mercadoria

Código de Benefício Fiscal na UF

Código EX da TIPI

CFOP

6120

Outras Despesas Acessórias

Valor do Desconto

Valor Total do Frete

Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial

SEM GTIN

Unidade Comercial

UN

Quantidade Comercial

1,0000

Código EAN Tributável

SEM GTIN

Unidade Tributável

UN

Quantidade Tributável

1,0000

Valor unitário de comercialização

3.340,4300000000

Valor unitário de tributação

3.340,4300000000

Número do pedido de compra

Item do pedido de compra

Valor Aproximado dos Tributos

Número da FCI

ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria

4 - Nacional, com produção em conformidade com processo produtivo básico previsto na legislação

Tributação do ICMS

00 - Tributada integralmente

Modalidade Definição da BC ICMS NORMAL

3 - Valor da Operação

Base de Cálculo do ICMS Normal

3.340,43

Alíquota do ICMS Normal

12,0000

Valor do ICMS Normal

400,85

Percentual do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Valor do Fundo de Combate à Pobreza (FCP)

Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento

Código de Enquadramento

999

Código do Selo

CNPJ do Produtor

Qtd. Selo

CST

53-Saída não-tributada

Qtd Total Unidade Padrão

Valor por Unidade

Valor IPI

Base de Cálculo

Alíquota

PIS

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

3.340,43

Alíquota

1,6500

Valor

55,12

COFINS

CST

01 - Operação Tributável (base de cálculo = valor da operação alíquota normal (cumulativo/não cumulativo))

Base de Cálculo

3.340,43

Alíquota

7,6000

Valor

253,87

Totais

ICMS

Base de Cálculo ICMS	Valor do ICMS	Valor do ICMS Desonerado	Valor Total do FCP
103.749,78	12.449,97	0,00	0,00
Valor Total ICMS FCP	Valor Total ICMS Interestadual UF Destino	Valor Total ICMS Interestadual UF Rem.	Base de Cálculo ICMS ST
			0,00
Valor ICMS Substituição	Valor Total do FCP retido por ST	Valor Total do FCP retido anteriormente por ST	
0,00	0,00	0,00	
Valor total da quantidade tributada do ICMS monofásico próprio		Valor total do ICMS monofásico próprio	
Valor total da quantidade tributada do ICMS monofásico sujeito a retenção		Valor total do ICMS monofásico sujeito a retenção	
Valor total da quantidade tributada do ICMS monofásico retido anteriormente		Valor total do ICMS monofásico retido anteriormente	
Valor Total dos Produtos	Valor do Frete	Valor do Seguro	Valor Total dos Descontos
103.749,78	0,00	0,00	0,00
Valor Total do II	Valor Total do IPI	Valor Total do IPI Devolvido	Valor do PIS
0,00	0,00	0,00	1.711,87
Valor da COFINS	Outras Despesas Acessórias	Valor Total da NFe	Valor Aproximado dos Tributos
7.884,98	0,00	103.749,78	

Dados do Transporte

Modalidade do Frete
9 - Sem Ocorrência de Transporte

Volumes

Volume 1			
Quantidade	Espécie	Marca dos Volumes	
0			
Numeração	Peso Líquido	Peso Bruto	
0	0,000	0,000	

Dados de Cobrança

Fatura

Número	Valor Original	Valor do Desconto
3574	103.749,78	0,00
Valor Líquido		
103.749,78		

Duplicatas

Número	Vencimento	Valor
001	08/02/2021	103.749,78

Formas de Pagamento

Ind. Forma de Pagamento.	Meio de Pagamento	Descrição do Meio de Pagamento	Valor do Pagamento
	99 - Outros		103.749,78
Tipo de Integração Pagamento		CNPJ da Credenciadora	Bandeira da operadora
Troco		Número de autorização	

Informações Adicionais

Formato de Impressão DANFE	XSLT: v4.0.6h
1 - DANFE normal, retrato	

Informações Complementares de Interesse do Contribuinte

Descrição
....Pedido de Compra 4500373253 Baseado em Pedidos de venda 45741. Baseado em Entrega de mercadoria 36639.Envio direto do fornecedor Philco cnpj: 11.283.356/0002-87. Dados Bancarios: BB Ag. 3599-8 Cc. 47.407-X

Dados de Nota Fiscal Avulsa

CNPJ	
Repartição Fiscal do Emitente	Matrícula do Funcionário
Nome do Funcionário	Fone / Fax
UF	Número do Documento Arrecadação
Valor Total do Documento Arrecadação	Data de Emissão do Documento Arrecadação
Data do Pagamento do Documento Arrecadação	



**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL QUE
ENTRE SI FAZEM A CELESC E A EMPRESA VIXBOT
SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - EPP**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado a Celesc Distribuição S/A, doravante simplesmente Celesc, subsidiária integral de sociedade de economia mista estadual, concessionária de distribuição de energia elétrica, inscrita no CNPJ/MF 08.336.783/0001-90, Inscrição Estadual nº 255.266.626, com sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Av. Itamarati, 160, blocos A1, B1 e B2, bairro Itacorubi, neste ato representada por dois de seus Diretores infra-assinados, doravante denominada CELESC e, de outro lado a Vixbot Soluções Em Informática Ltda-EPP, estabelecida à SHCGN, CR, QD 702/703, s/n, Bloco A, Loja 47, Parte GL, bairro Asa Norte, CEP 70720-610, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob nº 21.997.155/0001-14, por seu representante legal infra assinado, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, tem entre si justo e contratado, o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Pelo presente instrumento a FORNECEDORA obriga-se, nos termos dos documentos relacionados na cláusula terceira, e nas demais cláusulas, a fornecer o(s) seguinte(s) material (is): Aquisição de Ar condicionado, HIGH WALL, Tipo Split, 30.000 Btus, Quente e Frio, conforme consta do Pedido de Compra sob número 4500373253, Ordem de Compra nº 20/00597.


Parágrafo Primeiro - A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição do objeto do Contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do Contrato.


Parágrafo Segundo - A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre os mesmos;
- b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pela CELESC, salvo se o fiscal técnico do Contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato;
- c) Nos caso de acréscimos, será priorizada a contratação junto a Fornecedora com a cota de menor preço, ofertado na fase de licitações.

Parágrafo terceiro - A alteração qualitativa não se sujeita aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

- a) os encargos decorrentes da continuidade do Contrato devem ser inferiores aos da rescisão contratual e aos da realização de um novo procedimento licitatório;
- b) as consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, devem importar prejuízo relevante ao interesse coletivo;
- c) as mudanças devem ser necessárias ao alcance do objetivo original do Contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;
- d) a capacidade técnica e econômico-financeira da FORNECEDORA deve ser compatível com a qualidade e a dimensão do objeto contratual aditado;
- e) a motivação da mudança contratual deve ter decorrido de fatores supervenientes não previstos e que não configurem burla ao processo licitatório;

Aprovado

DPSU/DVLT

Aprovado

Advogado

f) a alteração não deve ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza ou propósito diverso.

Parágrafo quarto: As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

- a) instruídas com memorial de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo da CELESC, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;
- b) as justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato da CELESC; e
- c) submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira da CELESC;

Parágrafo Quinto: As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico da CELESC.

Parágrafo Sexto: Não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo:

- a) a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;
- b) as atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;
- c) a correção de erro material havido no instrumento de Contrato;
- d) as alterações na razão ou na denominação social da FORNECEDORA;
- e) as alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total do presente Contrato para faturamento é de R\$ 103.749,78 (cento e três mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos). O valor total da contratação é de R\$ 109.999,77 (cento e nove mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS DO CONTRATO

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Processo de Licitação nº 20/00250703;
- b) Edital do Pregão Eletrônico nº 20/00597;
- c) Pedido de Compra nº 4500373253;
- d) CNPJ de Faturamento: 21.997.155/0001-14;
- e) Termo de Compromisso – Adendo I;
- f) Termo de Compromisso de Política Anticorrupção –Adendo II;
- g) Termo de solicitação de inspeção/re-inspeção de materiais/ equipamentos – Adendo III;
- h) E-141.0001 Padrão de Embalagens e I-144.0010 Garantia para materiais e equipamentos do sistema elétrico de potência, disponível em <https://www.celesc.com.br/especificacao-de-equipamentos-e-materiais>
- i) Tabela de informações em Código 2D (QRCODE) -Adendo IV.
- j) Políticas para Aquisição de Bens e contratação de obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento(GN-2349-9), disponível em http://fornecedores.celesc.com.br/arquivos/Pol%C3%ADticas_para_Aquisicao_de_Bens_e_Contratacao_de_Obras_financiados_pelo_BID.pdf

Parágrafo Único: Este contrato e seus adendos são considerados como um único termo e suas regras deverão ser interpretados de forma harmônica. Em caso de divergência insuperável entre as regras deste contrato e os seus adendos, prevalecerão as regras deste contrato e, na sequência, na ordem dos adendos.

Aprovado

DPSU/DVLT

Aprovado

Advogado

CLÁUSULA QUARTA – DO REGISTRO ORÇAMENTÁRIO

Os recursos financeiros para o pagamento do objeto deste contrato correrão por conta do orçamento aprovado e disponível. Os dados referentes à classificação da aquisição e a respectiva conta estão registrados no Pedido de Compra.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

Além de cumprir todas as obrigações estabelecidas no Pedido de Compra, no Edital e seus anexos, a FORNECEDORA, deverá manter durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Primeiro – Entregar o material conforme previsto no Edital de Licitação identificado na Cláusula Terceira e expressamente indicado no Pedido de Compra. Quando a entrega for realizada no Almoxarifado Central da CELESC, localizado no município de Palhoça/SC, a FORNECEDORA deverá encaminhar previamente ao embarque da mercadoria, simulação da Nota Fiscal- NF e Boletim de Inspeção Material - BIM ou Dispensa de Inspeção ao e-mail entrega@celesc.com.br para a devida conferência com o Pedido de Compra.

Parágrafo Segundo - Considerar-se-á, como início de contagem de tempo para efeito de entrega do material, a data de expedição do Pedido de Compra ou da primeira comunicação escrita feita pela CELESC à FORNECEDORA, prevalecendo a que ocorrer primeiro.

Parágrafo Terceiro - O prazo de entrega será fixo e improrrogável, salvo motivo previsto em lei, comunicado pela FORNECEDORA, por escrito, à CELESC, antes do vencimento do prazo. Aceito e oficializado por escrito, pela CELESC, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente e por igual número de dias em que perdurar o evento causador do atraso.

Parágrafo Quarto - Além da validação da nota fiscal, a entrega deverá ser agendada através do mesmo e-mail (entrega@celesc.com.br), devendo a FORNECEDORA informar a data prevista da chegada do produto no Almoxarifado Central. A entrega deverá ser realizada de segunda-feira a quinta-feira das 7:30h às 11:00h ou das 13:00h às 16:30h e as sextas-feiras das 7:30h às 11:00h. Não serão aceitas entregas fora do horário determinado ou que não tenham sido previamente agendadas.

Parágrafo Quinto - Considerar-se-á liberado o material para a entrega no Almoxarifado Central da CELESC, se atendido todos os requisitos dos parágrafos primeiro e segundo, bem como do fornecimento do Boletim de Inspeção de Material – BIM, com aprovação, ou documento de Dispensa de Inspeção, observando as instruções detalhadas na cláusula Decima Sétima deste contrato.

Parágrafo Sexto - O material que chegar no Almoxarifado Central da CELESC desacompanhado dos documentos citados no parágrafo quinto, não serão recebidos, sendo imediatamente devolvidos a FORNECEDORA com a mesma nota fiscal apresentada, mediante ressalva em seu verso, sem qualquer ônus para a CELESC.

Parágrafo Sétimo – A entrega nos demais Almoxarifados da CELESC fica dispensada de cumprimento dos parágrafos primeiro ao quarto desta Cláusula, devendo a FORNECEDORA entrar em contato com o gestor do contrato (contato disponível no Pedido de Compra) para agendamento da respectiva entrega.

Parágrafo Oitavo - Para os equipamentos que exigirem informações em código 2D (QRCODE), conforme anexos técnicos e especificações do(s) material(is) objetos do edital, deverá ser entregue a tabela de informações em código 2D (QRCODE) conforme Adendo IV - Informações em Código 2D (QRCODE) deste contrato.

Aprovado
DS

DPSU/DVLT

Aprovado
DS

Advogado

Parágrafo Nono – A tabela de informações em Código 2D (QRCODE), quando exigida, deverá ser entregue preenchida ao final da inspeção, sob pena de não recebimento do Boletim de Inspeção de Material - BIM. Esta poderá ser modificada a pedido da CELESC.

Parágrafo Décimo – Nos casos em que haja o emprego de recursos oriundos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a FORNECEDORA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira e nas normas contra práticas proibidas do BID, conforme disposto na “Políticas para Aquisição de Bens e contratação de obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento” (GN-2349-9 disponível em http://fornecedores.celesc.com.br/arquivos/Pol%C3%ADticas_para_Aquisicao_de_Bens_e_Contratacao_de_Obras_financeiados_pelo_BID.pdf) e detalhada no Parágrafo Vigésimo Primeiro desta Cláusula. O BID reserva-se o direito de, diretamente ou por agente por ele designado, realizar inspeções ou auditorias nos registros contábeis e nos balanços financeiros da FORNECEDORA relacionados com a execução do Contrato. Se, de acordo com o procedimento administrativo do Banco BID, ficar comprovado que um funcionário da FORNECEDORA ou quem atue em seu lugar incorreu em práticas corruptas, o Banco BID poderá declarar inelegível a FORNECEDORA e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos financiados com recursos do Banco BID.

- a) O propósito deste documento é informar os executores de projeto financiado, total ou parcialmente, por empréstimo do Banco ou fundos administrados pelo Banco e executados por Beneficiários, sobre as políticas que regem a aquisição de bens e contratação de obras e serviços (exceto os de consultoria)³ necessários à implementação do projeto. O Contrato de Empréstimo regula as relações jurídicas entre o Mutuário e o Banco, sendo estas Políticas aplicáveis à aquisição de bens e contratação de obras para o projeto, conforme previsto no Contrato de Empréstimo. Os direitos e obrigações do Mutuário, dos fornecedores de bens e empreiteiros para o projeto são regidos pelos Editais de Licitação e pelos contratos firmados entre o Mutuário e fornecedores de bens e empreiteiros, e não pelas presentes Políticas ou pelo Contrato de Empréstimo. Ressalvadas as partes do Contrato de Empréstimo, ninguém terá direitos dele decorrentes ou qualquer direito relativamente aos recursos provenientes do empréstimo.
- b) Compete ao Mutuário a responsabilidade pela implementação do projeto e, por conseguinte, pela adjudicação e administração de contratos abrangidos pelo projeto. Por sua vez, o Banco, de acordo com seu Convênio Constitutivo, “tomará as medidas necessárias para assegurar que os produtos de qualquer empréstimo que conceda ou garanta, ou em que tenha participação, se destinem unicamente aos fins para os quais o empréstimo tenha sido concedido, dando devida atenção às considerações de economia e eficiência”. Embora, na prática, as normas e os procedimentos específicos de aquisições e contratações a serem observados na implementação de um projeto dependam de cada caso em particular, as exigências do Banco são orientadas por quatro critérios:
- (i) a necessidade de economia e eficiência na implementação do projeto, inclusive nas aquisições de bens e contratação de obras nele incluídas;
- (ii) o interesse do Banco em oferecer a todos os licitantes elegíveis de países mutuários e não-mutuários listados no item V abaixo, membros do Banco as mesmas informações e igual oportunidade de competir para o fornecimento de bens e a contratação de obras financiados pelo Banco;
- (iii) o interesse do Banco em estimular o desenvolvimento da construção civil e da indústria nacional do país Mutuário; e
- (iv) a importância da transparência no processo de aquisições.
- (v) Elegibilidade para Fornecimento de Bens, Obras e Serviços em Aquisições Financiadas pelo Banco

Aprovado
DPSU/DVLT

Aprovado
Advogado



1) Países Membros quando o financiamento provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento

(a) Países Mutuários:

(i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

(b) Países não Mutuários:

(ii) Áustria, Bélgica, Canadá, Croácia, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Noruega, Portugal, República da Coreia, República Popular da China, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.

2) Critérios para determinar a nacionalidade e origem dos bens e serviços

A) Nacionalidade

(a) Uma pessoa física tem a nacionalidade de um país membro do Banco se satisfaz os seguintes requisitos:

(i) é cidadã de um país membro; ou

(ii) estabeleceu seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizada para trabalhar nesse país.

(b) Uma empresa tem a nacionalidade de um país membro se satisfaz os dois seguintes requisitos:

(i) está legalmente constituída ou incorporada conforme as leis de um país membro do Banco; e

(ii) mais de cinquenta por cento (50%) do capital da empresa é de propriedade de pessoas físicas ou firmas de países membros do Banco.

Todos os membros de uma JV e todos os Subcontratados devem cumprir os requisitos acima estabelecidos.

B) Origem dos Bens

(i) Os bens se originam em um país membro do Banco se foram extraídos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Considera-se um bem produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um item comercialmente reconhecido cujas características básicas, sua função ou propósito de uso são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

(ii) No caso de um bem que consiste de vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para financiamento se a montagem dos componentes for feita em um país membro, independente da origem dos componentes. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador. Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

(iii) A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

Parágrafo Décimo Primeiro: A FORNECEDORA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à CELESC ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CELESC.

Aprovado
DPSU/DVLT

Aprovado
Advogado

Parágrafo Décimo Segundo: É necessário que a FORNECEDORA informe no XML das notas o número do pedido CELESC e número do item correspondente conforme abaixo:

Que a FORNECEDORA informe no XML da nota linhas diferentes para cada item do pedido CELESC que estiver sendo entregue, independentemente se o código do material se repetir.

Que a FORNECEDORA utilize a mesma unidade de medida dos pedidos da CELESC, ou criar uma tabela que converta automaticamente as unidades que vierem nas notas que forem diferentes das que constam no cadastro de materiais.

Parágrafo Décimo Terceiro: Quaisquer informações relativas ao presente Contrato, somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, da CELESC. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, à CELESC, informando todos os pormenores da intenção da FORNECEDORA, reservando-se, à CELESC, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

Parágrafo Décimo Quarto: A FORNECEDORA assume o compromisso de deferência a práticas de integridade e *compliance* em todo o encadeamento contratual, com expressa observância aos princípios contidos na Política de Relacionamento com Fornecedores CELESC e na Política Anticorrupção da CELESC, cuja íntegra está disponibilizada no *site* da CELESC (www.celeesc.com.br), *link* fornecedores, bem como nos termos do Termo de Compromisso que integram o presente Contrato.

Parágrafo Décimo Quinto: A CELESC reserva-se o direito de realizar auditoria na FORNECEDORA para verificar sua conformidade com as Leis e o seu Programa Anticorrupção, sendo a FORNECEDORA responsável por manter em sua guarda todos os arquivos e registros evidenciando tal conformidade, assim como disponibilizá-los à CELESC dentro de 5 (cinco) dias a contar de sua solicitação.

Parágrafo Décimo Sexto: Os locais de entrega serão aqueles previstos neste Edital de Licitação e expressamente indicados no Pedido de Compra.

Parágrafo Décimo Sétimo: A carga e descarga do material serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

Parágrafo Décimo Oitavo: A entrega nos demais Almoxarifados da CELESC fica dispensada do cumprimento dos subitens de agendamento devendo a FORNECEDORA entrar em contato com o gestor do contrato (contato disponível no Pedido de Compra), para agendamento da respectiva entrega.

Parágrafo Décimo Nono: A FORNECEDORA deverá fornecer os bens especificados no objeto deste instrumento de Contrato, cumprindo todas as obrigações e responsabilidades a si indicadas neste contrato e seus anexos.

Parágrafo Vigésimo: Caso solicitado pela CELESC, os materiais objeto deste contrato deverão possuir em suas embalagens, *palets* ou equivalentes identificação específica feita pela FORNECEDORA, a fim de segregar materiais de destinos ou fundos financeiros diferentes. A referida identificação será informada pela CELESC quando do envio deste contrato juntamente com o Pedido de Compra. A identificação solicitada deve estar em local visível com letra em destaque, de fácil localização visual.

Parágrafo Vigésimo Primeiro: A FORNECEDORA ao assinar este contrato declara e garante que:

(i) leu e entendeu a proibição sobre atos de fraude e corrupção disposta pelo Banco e se obriga a observar as normas pertinentes;

Aprovado
DS

DPSU/DVLT

Aprovado
DS

Advogado

- (ii) não incorreu em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (iii) não adulterou nem ocultou nenhum fato substancial durante os processos de seleção, negociação e execução do contrato;
- (iv) nem ela nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (v) nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo Práticas Proibidas; e
- (vi) declara todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CELESC

São obrigações da CELESC:

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento dentro do prazo previsto.
- b) Disponibilizar à FORNECEDORA, quando for o caso e a normativa CELESC do material assim exigir, o número a ser utilizado e demais informações necessárias para constar em código QRCODE do equipamento.

Parágrafo Primeiro: A execução do presente Contrato e das parcelas do presente Contrato estão condicionadas à expedição, por parte do gestor de contrato da CELESC, dos respectivos Pedido de Compra.

Parágrafo Segundo: A CELESC deverá acompanhar e assegurar as condições necessárias para o fornecimento dos bens, cumprindo rigorosamente todas as obrigações e responsabilidades a si indicadas neste contrato e seus anexos.

Parágrafo Terceiro: A gestão do presente Contrato deve ser realizada pelo Departamento de Suprimentos da CELESC. A gestão do contrato abrange o encaminhamento de providências, devidamente instruídas e motivadas, identificadas em razão da fiscalização da execução do contrato, suas alterações, aplicação de sanções, rescisão contratual e outras medidas que importem disposição sobre o contrato.

Parágrafo Quarto: A fiscalização da execução do presente Contrato será realizada por agentes de fiscalização, que devem ser designados pelo gestor do contrato, permitindo-se designar mais de um empregado e atribuir-lhes funções distintas, como a fiscalização administrativa e técnica, consistindo na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte da FORNECEDORA, com a alocação dos recursos, pessoal qualificado, técnicas e materiais necessários.

Aprovado

DPSU/DVLT

Aprovado

Advogado

Parágrafo Quinto: O gestor do contrato pode suspender a sua execução em casos excepcionais e motivados tecnicamente pelo fiscal técnico do Contrato, devendo comunicá-la ao preposto da FORNECEDORA, indicando:

- a) o prazo da suspensão, que pode ser prorrogado, se as razões que a motivaram não estão sujeitas ao controle ou à vontade do gestor do contrato;
- b) o montante que deve ser pago à FORNECEDORA a título de indenização em relação a eventuais danos já identificados e o procedimento e metodologia para apurar valor de indenização de novos danos que podem ser gerados à FORNECEDORA.

Parágrafo Sexto: Constatada qualquer irregularidade na licitação ou na execução contratual, o gestor do contrato deve, se possível, sanear-la, evitando-se a suspensão da execução do Contrato ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual.

Parágrafo Sétimo: Na hipótese prevista neste Parágrafo Quinto, a FORNECEDORA deve submeter à CELESC, por escrito, todas as medidas que lhe parecerem oportunas, com vistas a reduzir ou eliminar as dificuldades encontradas, bem como os custos envolvidos. A CELESC compromete-se a manifestar-se, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, quanto à sua aprovação, recusa ou às disposições por ela aceitas, com seus custos correlatos.

Parágrafo Oitavo: As partes contratantes não são responsáveis pela inexecução, execução tardia ou parcial de suas obrigações, quando a falta resultar, comprovadamente, de fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade deve produzir efeitos nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Nono: No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, deve informar expressa e formalmente esse fato à outra parte, no máximo até 10 (dez) dias consecutivos contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

Parágrafo Décimo: A comunicação de que trata o parágrafo acima deve conter a caracterização do evento e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

Parágrafo Décimo Primeiro: O prazo para execução das obrigações das partes, nos termos desta Cláusula, deve ser acrescido de tantos dias quanto durarem as consequências impeditivas da execução das respectivas obrigações da parte afetada pelo evento.

Parágrafo Décimo Segundo: A não utilização pelas partes de quaisquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na Lei em geral, ou no Regulamento de Licitações e Contratos da Celesc, ou a não aplicação de quaisquer sanções, não invalida o restante do Contrato, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

Parágrafo Décimo Terceiro: Qualquer comunicação pertinente ao Contrato, a ser realizada entre as partes contratantes, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisão sancionatória ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente nos seguintes e-mails:

E-mail CELESC – rmoraes@celesc.com.br

Aprovado
DS

DPSU/DVLT

Aprovado
DS

Advogado

E-mail FORNECEDORA – licitacao@vixbot.com.br

Parágrafo Décimo Quarto: As partes são obrigadas a verificar os e-mails referidos neste subitem a cada 24 (vinte e quatro) horas e, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar à outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo Décimo Quinto: Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 2 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO TRÂNSITO DO CAMINHÃO NO PÁTIO E DESCARREGAMENTO DOS MATERIAIS

A FORNECEDORA deverá atender as seguintes exigências e procedimentos quando do trânsito do caminhão no pátio e descarga do material no local de entrega:

Parágrafo Primeiro - O material deverá ser entregue e descarregado pela FORNECEDORA no endereço indicado no Pedido de Compra, sendo que as despesas com o seu descarregamento serão por conta da FORNECEDORA.

Parágrafo Segundo - Os serviços de descarregamento dos materiais serão acompanhados por um empregado da CELESC devidamente identificado. Caso constatado alguma irregularidade ou descumprimento de normas de procedimentos ou segurança este determinará a imediata paralisação da execução dos serviços. Em hipótese alguma o empregado da CELESC pode auxiliar nas atividades.

Parágrafo Terceiro - Todos os empregados da FORNECEDORA ou subcontratados envolvidos no descarregamento do material deverão ter obrigatoriamente treinamentos específicos para esta atividade, quanto ao manuseio de máquinas e equipamentos, de acordo com a NR 18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. Quando tratar-se de descarregamento de postes e estruturas a FORNECEDORA deverá ter especial atenção aos seguintes itens:

- a) Toda empresa usuária de equipamentos de movimentação e transporte de materiais e ou pessoas deve possuir o seu “Programa de Manutenção Preventiva” conforme recomendação do locador, importador ou fabricante.
- b) Todos os equipamentos de movimentação e transporte de materiais e pessoas só devem ser operados por trabalhador qualificado, o qual terá sua função anotada em carteira de trabalho.
- c) Os operadores devem receber qualificação e treinamento específico no equipamento, com carga horária mínima de dezesseis horas e atualização anual com carga horária mínima de quatro horas.
- d) A operação de máquinas e equipamentos que exponham o operador ou terceiros a riscos só pode ser feita por trabalhador qualificado e identificado por crachá.
- e) No transporte e descarga de materiais, perfis, vigas e elementos estruturais é proibida a circulação ou permanência de pessoas sob a área de movimentação da carga e devem ser adotadas medidas preventivas quanto à sinalização e isolamento da área.
- f) Na movimentação e transporte de estruturas, placas e outros pré-moldados, bem como cargas em geral, devem ser tomadas todas as medidas preventivas que garantam a sua estabilidade.
- g) Devem ser tomadas precauções especiais quando da movimentação de materiais, máquinas e equipamentos próximos às redes elétricas.
- h) O levantamento manual ou semi mecanizado de cargas deve ser executado de forma que o esforço físico realizado pelo trabalhador seja compatível com a sua capacidade de força, conforme a NR-17 (Ergonomia).
- i) É proibido o transporte de pessoas por equipamento de guindar não projetado para este fim.


DPSU/DVLT


Advogado

- j) Nas operações com equipamentos pesados, devem ser observadas as seguintes medidas de segurança:
- j1) antes de iniciar a movimentação ou dar partida no motor, é preciso certificar-se de que não há ninguém trabalhando sobre, debaixo ou perto dos mesmos;
 - j2) os equipamentos que operam em marcha à ré devem possuir alarme sonoro acoplado ao sistema de câmbio e retrovisores em bom estado;
 - j3) o transporte de acessórios e materiais por içamento deve ser feito o mais próximo possível do piso, tomando-se as devidas precauções de isolamento da área de circulação, transporte de materiais e de pessoas;
 - j4) as máquinas não devem ser operadas em posição que comprometa sua estabilidade;
 - j5) devem ser tomadas precauções especiais quando da movimentação de máquinas e equipamentos próximos a redes elétricas.
 - j6) Tubos, vergalhões, perfis, barras, pranchas e outros materiais de grande comprimento ou dimensão devem ser arrumados em camadas, com espaçadores e peças de retenção, separados de acordo com o tipo de material e a bitola das peças.
 - j7) O armazenamento deve ser feito de modo a permitir que os materiais sejam retirados obedecendo à sequência de utilização planejada, de forma a não prejudicar a estabilidade das pilhas.
 - j8) Os materiais não podem ser empilhados diretamente sobre piso instável, úmido ou desnivelado.

Parágrafo Quarto - Somente poderão participar dos serviços de descarregamento de materiais pessoas com conhecimento, devidamente capacitadas e autorizadas pelo empregador de acordo com as Normas Regulamentadoras 11 Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais e 12 Segurança no trabalho em Máquinas e Equipamentos do MTE. Quando tratar-se de descarregamento de postes e estruturas a FORNECEDORA deverá ter especial atenção aos seguintes itens:

- a) Em todo o equipamento será indicado, em lugar visível, a carga máxima de trabalho permitida.
- b) Os operadores de equipamentos de transporte motorizado deverão ser habilitados e só poderão dirigir se durante o horário de trabalho portarem um cartão de identificação, com o nome e fotografia, em lugar visível.
- c) Devem ser elaborados procedimentos de trabalho e segurança específicos, padronizados, com descrição detalhada de cada tarefa, passo a passo, a partir da análise de risco.
- d) Os trabalhadores envolvidos na operação, manutenção, inspeção e demais intervenções em máquinas e equipamentos devem receber capacitação providenciada pelo empregador e compatível com suas funções, que aborde os riscos a que estão expostos e as medidas de proteção existentes e necessárias, nos termos desta Norma, para a prevenção de acidentes e doenças.

Parágrafo Quinto – A documentação que comprova o atendimento do Parágrafo Terceiro e Quarto desta Cláusula deverá ser apresentado ao empregado da CELESC que irá acompanhar o descarregamento, ficando estes junto ao veículo para fiscalizações que se fizerem necessárias.

Parágrafo Sexto - Cabe à FORNECEDORA repassar a transportadora (própria ou subcontratada) todas as informações e exigências da CELESC em relação aos procedimentos de segurança aplicáveis ao descarregamento e demais normativas da CELESC que devem ser cumpridas rigorosamente.

Parágrafo Sétimo – A FORNECEDORA ou empresa por ela contratada(transportadora), deverá apresentar os procedimentos passo a passo para realização da atividade, inclusive, contemplando o disposto na NR 35 Trabalho em Altura, quando for o caso, bem como a comprovação de que as

Aprovado
DS

DPSU/DVLT

Aprovado
DS

Advogado

pessoas envolvidas na atividade foram devidamente treinadas. Estes procedimentos devem contemplar e relacionar os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, uniformes e os equipamentos de trabalho utilizados e devem estar aprovados por representante legal da empresa executora e por profissional que compõe o SESMT (próprio ou contratado) – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, desta. Quando tratar-se de descarregamento de postes e estruturas a FORNECEDORA deverá ter especial atenção aos seguintes itens:

- a) É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR)
- b) O sistema de proteção contra quedas deve: (NR)
 - b1) ser adequado à tarefa a ser executada; (NR)
 - b2) ser selecionado de acordo com Análise de Risco, considerando, além dos riscos a que o trabalhador está exposto, os riscos adicionais; (NR)
 - b3) ser selecionado por profissional qualificado em segurança do trabalho; (NR)
 - b4) ter resistência para suportar a força máxima aplicável prevista quando de uma queda; (NR)
 - b5) atender às normas técnicas nacionais ou na sua inexistência às normas internacionais aplicáveis; (NR)
 - b6) ter todos os seus elementos compatíveis e submetidos a uma sistemática de inspeção. (NR)
- c) A seleção do sistema de proteção contra quedas deve considerar a utilização: (NR)
 - c1) de sistema de proteção coletiva contra quedas - SPCQ; (NR)
 - c2) de sistema de proteção individual contra quedas - SPIQ, nas seguintes situações: (NR)
 - c2.1) na impossibilidade de adoção do SPCQ; (NR)
 - c2.2) sempre que o SPCQ não ofereça completa proteção contra os riscos de queda; (NR)
 - c2.3) para atender situações de emergência. (NR)
 - c3) O SPCQ deve ser projetado por profissional legalmente habilitado. (NR)
- d) Os equipamentos de proteção individual devem ser: (NR)
 - d1) certificados; (NR)
 - d2) adequados para a utilização pretendida; (NR)
 - d3) utilizados considerando os limites de uso; (NR)
 - d4) ajustados ao peso e à altura do trabalhador. (NR)
- e) Antes do início dos trabalhos deve ser efetuada inspeção rotineira de todos os elementos do SPIQ. (NR)
- f) O empregador deve disponibilizar equipe para respostas em caso de emergências para trabalho em altura.
- g) A equipe pode ser própria, externa ou composta pelos próprios trabalhadores que executam o trabalho em altura, em função das características das atividades.


Parágrafo Oitavo - Os EPI relacionados no procedimento e entregues aos envolvidos no descarregamento, deverão possuir CA – Certificado de Aprovação do MTE, e estarem em boas condições de uso, sendo possível identificar (ler) o número do CA para que se comprove que são EPI e que estão dentro do prazo de validade.

Parágrafo Nono - Durante a atividade de descarregamento, é expressamente proibida a permanência na área de estocagem dos Almoxarifados da CELESC e no entorno da atividade, de pessoa que não atenda ao disposto no Parágrafo Quarto desta Cláusula e/ou não tenha vínculo/função com a empresa FORNECEDORA/transportadora, e em momento algum, acompanhada de menores de idade. Ex.: Parentes, esposas, filhos, caroneiros, etc.

Parágrafo Décimo - Será de responsabilidade da FORNECEDORA/transportadora o fornecimento e uso de equipamento de proteção individual pelas pessoas que trabalharem no descarregamento do

Aprovado

 DPSU/DVLT

Aprovado

 Advogado

material, ficando a CELESC isenta de quaisquer responsabilidades e ônus decorrentes de acidentes que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo Décimo Primeiro - Não será permitido o descarregamento por motoristas ou ajudantes que apresentarem sintomas de cansaço, embriaguez, sonolência etc, ou que não possuam os equipamentos de segurança e treinamento necessários.

Parágrafo Décimo Segundo - É proibido fumar durante os serviços de descarregamento dos materiais.

Parágrafo Décimo Terceiro - O motorista não poderá se retirar do local de descarga do material, deixando o veículo no interior das dependências do Almoxarifado, exceto quando autorizado pelo empregado da CELESC.

Parágrafo Décimo Quarto - Não caberá à CELESC qualquer intervenção quanto à contratação, pagamento ou ressarcimento do frete referente ao transporte.

Parágrafo Décimo Quinto - É obrigatório o atendimento ao disposto na Portaria IBAMA nº 85/96. Dessa forma, quando os veículos transportadores movidos a diesel estiverem nas instalações da CELESC, serão inspecionados visualmente e monitorados quanto ao controle de emissão de fumaça preta e rodantes (pneus).

Parágrafo Décimo Sexto - A utilização de equipamentos fotográficos e de filmagem não serão permitidos nas dependências da CELESC. E durante o período que o material estiver sendo descarregado fica proibido o uso de telefone celular.

Parágrafo Décimo Sétimo - No término da descarga a FORNECEDORA/transportadora deverá recolher qualquer resíduo, acessório ou embalagens resultante do serviço realizado, tais como restos de madeira, papelão, palets, etc.

Parágrafo Décimo Oitavo - A CELESC não se responsabilizará por guarda ou armazenamento de qualquer material eventualmente esquecido no local do descarregamento dos materiais, tais como lonas, cordas, etc.

Parágrafo Décimo Nono - Dentro da área do Almoxarifado deverá ser tomado o caminho mais direto e seguro ao local de embarque/desembarque. A portaria fornecerá orientações se solicitada.

Parágrafo Vigésimo - Todas as manobras do veículo, no interior da área do Almoxarifado, deverão ser orientadas por empregado da CELESC responsável pela fiscalização e acompanhamento do descarregamento do caminhão.

Parágrafo Vigésimo Primeiro- Não será permitido o trânsito de veículos nas dependências do Almoxarifado com as guardas da carroceria ou portas de caminhão-baú abertas.

Parágrafo Vigésimo Segundo - Os ajudantes de descarga ou motoristas não poderão transitar no interior das dependências da CELESC dependurados na cabina ou mesmo sobre a carga ou carroceria.

Parágrafo Vigésimo Terceiro - A velocidade máxima permitida na área interna do Almoxarifado é de 20 km/h.

Parágrafo Vigésimo Quarto - Não será permitido o pernoite de motoristas ou ajudantes nas dependências do Almoxarifado.

Aprovado
DS

DPSU/DVLT

Aprovado
DS

Advogado

Parágrafo Vigésimo Quinto - Qualquer pessoa que se portar de maneira inconveniente, ou se recusar a cumprir as normas internas de segurança do Almoxarifado, será retirado e poderá ter sua entrada definitivamente proibida nas instalações da CELESC. Para a e acesso as dependências da CELESC, as pessoas envolvidas deverão usar trajes adequados calças compridas (para homens e mulheres, sendo vedado o uso de bermuda ou saia) e calçados fechados de solado baixo (vedado o uso de sandálias, chinelos e sapatos de salto alto), bem como, quando necessário, o uso de EPI's aprovados pelo Ministério do Trabalho - MTE em boas condições de uso (luvas de segurança, capacetes com jugular, calçado de segurança, óculos de segurança – todos com Certificado de Aprovação - CA), e que sejam rigorosamente seguidas as normas internas de segurança da CELESC. É expressamente proibido o ingresso de crianças nas dependências da CELESC, bem como de animais portados pelos interessados.

Parágrafo Vigésimo Sexto - Todo veículo deverá estar em perfeitas condições de conservação, manutenção e uso. Devendo estar devidamente comprovada sua capacidade de carga e de operação do munc.

Parágrafo Vigésimo Sétimo – Quando se tratar de descarregamento de postes e estruturas, o número de empregados [(no mínimo 2(dois))] da FORNECEDORA/transportadora envolvidos com os procedimentos de descarga dos postes/estruturas deverá ser informado nos procedimentos formais elaborados pela FORNECEDORA/transportadora. Não será admitido, sob hipótese alguma, o envolvimento de empregados da CELESC nos procedimentos de descarga os quais são de responsabilidade da FORNECEDORA/transportadora.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO

A CELESC, por meio do agente de fiscalização técnica, deve receber o objeto do presente Contrato:

a) provisoriamente: na data de entrega dos bens constantes da ordem de fornecimento, para que a CELESC proceda às avaliações de conformidade, sem representar qualquer tipo de aceite;

b) definitivamente: em 30 (trinta) dias úteis, a contar da entrega dos bens constantes da ordem de fornecimento, relativo à integralidade da parcela ou do Contrato, representando aceitação do fornecimento e liberação da FORNECEDORA tocante a vícios aparentes.

Parágrafo Primeiro: Acaso verifique o descumprimento de obrigações por parte da FORNECEDORA, o agente de fiscalização técnica ou administrativo deve comunicar ao preposto desta, indicando, expressamente, o que deve ser corrigido e o prazo máximo para a correção. O tempo para a correção deve ser computado no prazo de execução do Contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.

Parágrafo Segundo: Realizada a correção pela FORNECEDORA, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos nesta Cláusula.

Parágrafo terceiro: Em não tendo sido realizada a correção do material, no prazo estipulado pela Celesc, a FORNECEDORA será comunicada para retirar o material, total ou parcialmente rejeitado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da comunicação, devendo esta indicar a transportadora que irá proceder ao agendamento e a retirada do referido material.

Parágrafo Quarto: Vencido o prazo acima citado e a FORNECEDORA não retirar o material rejeitado, será considerado pela CELESC que esta não tem interesse neste material e autoriza desde já que a Celesc dê a destinação que julgar conveniente a este material, sem que caiba a

Aprovado
DS

DPSU/DVLT

Aprovado
DS

Advogado

FORNECEDORA qualquer reparo, indenização, compensação ou ressarcimento de qualquer espécie pelo material.

CLÁUSULA NONA – DO FATURAMENTO

A FORNECEDORA deverá emitir nota fiscal, devendo conter o número do Pedido de Compra em local de fácil identificação.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal relativa ao objeto contratado deverá ser emitida em conformidade com a legislação Municipal, Estadual e Federal pertinentes, e entregue, mediante protocolo, na Divisão de Gestão Documental – DVGD (Secretaria Geral) da CELESC ou no Almoxarifado Central ou no Almoxarifado da Agência Regional da CELESC, conforme Pedido de Compra, tendo em anexo uma fotocópia do Boletim de Inspeção de Material, quando for o caso.

Parágrafo Segundo: Será permitido o faturamento e embarque parcial do material, desde que autorizado pela CELESC.

Parágrafo Terceiro: O frete será obrigatoriamente pago pela FORNECEDORA diretamente à Transportadora. O Conhecimento de Frete faturado contra a CELESC será sumariamente devolvido.

Parágrafo Quarto: Havendo alterações na legislação tributária que possam refletir no custo final do produto, após a formalização contratual, a FORNECEDORA deverá entrar em contato com o administrador do contrato, visando as alterações necessárias nos documentos que amparam o processo.

Parágrafo Quinto: Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior a FORNECEDORA deverá especificar o motivo da mudança, citando o documento legal que a originou.

Parágrafo Sexto: Na entrega de material, com unidade de medição que permitir variação de quantidade de entrega previamente definida em Especificações CELESC ou norma equivalente, estas somente serão aceitas com variações A MENOR, tendo como base a quantidade adquirida para cada item do Pedido de Compra. Não será aceito, em hipótese alguma, variação A MAIOR, independentemente de seu percentual.

Parágrafo Sétimo: Em caso da FORNECEDORA ser microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), optante do simples nacional está deverá indicar na nota fiscal, no campo “dados adicionais” ou campo equivalente, a alíquota de ICMS incidente com base no faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores.

Parágrafo Oitavo - As condições de faturamento constante da nota fiscal deverão obedecer fielmente as mesmas condições e características constantes do Pedido de Compra e minuta contratual enviado à FORNECEDORA, lembrando que o valor a ser considerado para emissão da nota fiscal, deverá partir do valor constante no campo “PREÇO UNIT.C/ICMS S/IPI” do pedido.

Parágrafo Nono - Nos casos em que haja previsão em convênio/protocolo celebrado entre os Estados, que obrigue a FORNECEDORA ao recolhimento do diferencial de alíquota, através de substituição tributária, a nota fiscal deverá obrigatoriamente estar acompanhada da guia (GNRE), devidamente paga, exceto nos casos em que a FORNECEDORA possuir inscrição estadual de substituto tributário no Estado de Santa Catarina, a qual deverá constar em campo próprio do documento fiscal.

Parágrafo Décimo - A CELESC poderá solicitar que a FORNECEDORA emita Notas Fiscais separadas das quantidades que serão fornecidas e faturadas em cada evento gerador, dividindo o total dos quantitativos de materiais que serão faturados conforme sua conveniência. Quando esta situação

Aprova
DPSU/DVLT

Aprova
Advogado

ocorrer, a informação das quantidades que deverão constar em cada nota fiscal estará discriminada no campo Informações Complementares do Pedido de Compras, parte integrante deste contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro - A FORNECEDORA deverá enviar juntamente com a nota fiscal comprovante de recolhimento (GNRE) do diferencial de alíquota, quando for o caso. A comprovação do pagamento desse imposto só será dispensada para fornecedores que possuam inscrição de substituto tributário em Santa Catarina, inclusive se esta for empresa optante do Simples Nacional.

Parágrafo Décimo Segundo - Quando da emissão da Nota fiscal, a FORNECEDORA deve atentar a todos os detalhes apontados neste contrato e, em especial: Certifique os Dados do Emitente e Dados do Destinatário, tal como apresentado na proposta comercial destes campos que se referem às pessoas (física ou jurídica) envolvidas na negociação. Os dados referentes ao emitente são informações de sua empresa, neste campo preencha os dados cadastrais de sua empresa, como por exemplo: Razão Social, CNPJ, Endereço. Deixe esses dados anotados em um local de fácil consulta, você precisará utilizar eles em todas as notas fiscais que emitir.

Parágrafo Décimo Terceiro – O preenchimento incorreto de uma informação na nota fiscal eletrônica pode causar muitos transtornos tanto à CELESC quanto à FORNECEDORA. Caso a FORNECEDORA erre no preenchimento de uma nota fiscal eletrônica, esta será rejeitada pela CELESC e seu material não será recebido. Um dos erros mais comuns na emissão de Notas Fiscais eletrônicas, está no preenchimento incorreto do documento, por isso vale a pena prestar atenção no momento do preenchimento e evitar futuros incômodos com o fisco. Lembrando que é necessário envio prévio da NF para conferência, conforme previsto na Cláusula Quinta, parágrafo primeiro e seguintes deste contrato.

Parágrafo Décimo Quarto - Quando a FORNECEDORA situar-se fora do Estado de Santa Catarina, seu valor para faturamento unitário do material deverá ocorrer com a aplicação da metodologia de cálculo de faturamento abaixo detalhada. O resultado considerado será sempre com dois dígitos após a vírgula e sem arredondamento.

$$PUP = PTP / Q$$

$$PU = PUP - D$$

Onde:

PUP = Preço Unitário Proposto Para o Material (com todos os impostos inclusos)

PTP = Preço Total Proposto Para o Material

Q = Quantidade

PU = Preço Unitário do Material para Faturamento

D = Valor em reais correspondente ao diferencial de alíquota de ICMS entre o Estado de origem da FORNECEDORA e o Estado de Santa Catarina, para o referido produto, que deve ser calculado da seguinte forma:

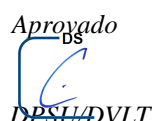
$$D = ((1-i)/(1-(i+d))-1) * PUP$$

i - Alíquota de ICMS de faturamento para o material entre os estado de origem e o Estado de Santa Catarina.

d – Diferencial de alíquota de ICMS entre o ICMS de faturamento entre os estado de origem do material e o Estado de Santa Catarina e a alíquota de ICMS interna de Santa Catarina para o referido produto.

Parágrafo Décimo Quinto - Quando a FORNECEDORA situar-se no Estado de Santa Catarina, seu valor para faturamento unitário do material deverá ocorrer com a aplicação da fórmula abaixo. O resultado considerado será sempre com dois dígitos após a vírgula e sem arredondamento.

$$PUP = PTP / Q$$

Aprovado

 DPSU/DVLT

Aprovado

 Advogado



PU = PUP

Onde:

PUP = Preço Unitário Proposto Para o Material (com todos os impostos inclusos)

PTP = Preço Total Proposto Para o Material

Q = Quantidade

PU = Preço Unitário do Material para Faturamento

Parágrafo Décimo Sexto - Quando o produto ofertado possuir algum benefício fiscal, ou incidir substituição tributária serão aplicadas as regras decorrentes da legislação, conforme o caso.

Parágrafo Décimo Sétimo - Os cálculos acima descritos serão aplicados inclusive quando a contratada for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP optante pelo Simples Nacional.

Parágrafo Décimo Oitavo – Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá constar no campo texto descritivo do material, o número do código de material da CELESC e o respectivo item do Pedido de Compra ao qual se refere.

Parágrafo Décimo Nono – Quando da emissão da Nota Fiscal, conforme determina a Portaria nº 441/2017 da SEFAZ de Santa Catarina, os campos de número de itens que compõe o referido documento fiscal devem ser escriturados na mesma sequência constante da respectiva NF-e, não podendo ser agrupados, mesmo que a FORNECEDORA os considere tratar-se de mesmo material ou que tenha o mesmo código de material na CELESC.

Parágrafo Vigésimo – Quando o presente contrato de fornecimento contemplar mais de um Pedido de Compra, a emissão das referidas Notas Fiscais deverá adequar-se aos pedidos emitidos, sendo que não poderão ser agrupados materiais de pedidos distintos em uma mesma Nota Fiscal, ainda que a entrega ocorra no mesmo momento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A condição de pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Divisão de Gestão Documental - DVGd (Secretaria Geral), Administração Central da CELESC, localizada na Avenida Itamarati, 160 – Itacorubi – Florianópolis/SC – CEP: 88034-900, ou no Almoxarifado Central da CELESC, BR 101, KM 215, Palhoça /SC - CEP 88.130-050, ou no Almoxarifado da Agência Regional da CELESC conforme Pedido de Compra, condicionado o efetivo desembolso ao calendário de pagamento fixado no site www.celesc.com.br no link Fornecedores.

Parágrafo Primeiro: Caso haja interesse de ambas as partes, o prazo de pagamento, considerando a data do efetivo desembolso, poderá ser reduzido desde que seja concedido o desconto estabelecido pelo Departamento Econômico Financeiro, sendo que a taxa de deságio deverá ser no mínimo equivalente ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescida da taxa de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

Parágrafo Segundo: O prazo de pagamento vencerá somente em dia de expediente bancário normal, na cidade de Florianópolis/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro: Vencido o prazo estabelecido, observado o calendário acima mencionado, e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a

Aprovado
DS

DPSU/DVLT

Aprovado
DS

Advogado

atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o Art. 117, da Constituição Estadual.

Parágrafo Quarto: Os pagamentos serão efetuados preferencialmente à FORNECEDORA através do Banco do Brasil, devendo esta informar a CELESC, por escrito, a agência e o número da conta corrente no referido banco. Se não existir agência do Banco do Brasil no município do faturamento, informar o banco, a agência e o número da conta corrente de sua preferência.

Parágrafo Quinto – Os valores de pagamentos devidos pela CELESC, após reconhecidos, em favor da FORNECEDORA, frutos desta avença, não poderão ser cedidos, endossados ou doados a terceiros, em nenhuma hipótese, sem o prévio e expresso consentimento da CELESC, por seu gestor.

Parágrafo Sexto – Em caso de necessidade de ajustes ou pedidos de esclarecimento por parte da Divisão de Controle de Qualidade (DVCQ), quando couber, no material que estiver sendo analisado, o prazo descrito no caput desta cláusula ficará suspenso enquanto perdurar a necessidade de saneamento da pendência, não computando o prazo máximo de pagamento ali descrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

Os preços cotados e contratados serão fixos e irrevogáveis, tendo em vista o prazo de vigência do contrato ser inferior a 12 (doze) meses. Ultrapassado 12 (doze) meses da data do vencimento da licitação, o saldo do contrato deverá ser reajustado, de acordo com a variação do índice, fornecido pelo Sistema Fórmulas COGE® (www.formulascope.org.br), no período de referência, aplicável ao material.

Parágrafo Único: As partes convencionam que, mesmo que o objeto deste contrato possua insumos e/ou matérias primas vinculados à moeda estrangeira, é de exclusiva responsabilidade desta FORNECEDORA a previsão do custo do *hedge* na formação do seu preço quando este foi informado a CELESC, visando a mitigação dos riscos da variação de preços das *commodities*, assim como da possível variação cambial, independente das matérias primas e demais insumos utilizados na fabricação do material. As partes acordam que não serão realizados e aceitos nenhum pedido de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes destas variações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS TRIBUTOS

Todos os tributos, taxas e encargos sociais vigentes, bem como as despesas com o presente contrato, relacionadas ao seu objeto, correrão por conta da FORNECEDORA, cabendo à CELESC a retenção na fonte de todas as obrigações tributárias devidas pela FORNECEDORA nos casos previstos em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro: O prazo de execução do objeto é o constante do Pedido de Compra, contados a partir do protocolo da expedição do respectivo Pedido de Compra, realizado na Secretaria Geral da Celesc, constantes do corpo do referido documento.

Parágrafo Segundo: O prazo de vigência do contrato terá início na data da sua assinatura ou do protocolo de expedição do Pedido de Compras, o que ocorrer primeiro, e será igual ao maior prazo

Aprovado
DS

DPSU/DVLT

Aprovado
DS

Advogado

de entrega constante do Pedido de Compra acrescido do prazo de pagamento estabelecido na Cláusula Décima, deste Contrato.

Parágrafo Terceiro: Os prazos previstos neste Contrato, de execução e vigência, poderão ser prorrogados, durante a vigência contratual, com a aquiescência da FORNECEDORA, por decisão do gestor do contrato, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CELESC poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com o processo administrativo preceituado no artigo 99 do Regulamento de Licitações e Contratos da Celesc, aplicar à FORNECEDORA as sanções de advertência ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CELESC por prazo não superior a 2 (dois) anos, que podem ser cumuladas com multa.

Parágrafo Primeiro: As sanções administrativas devem ser aplicadas diante dos seguintes comportamentos da FORNECEDORA:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, salvo na hipótese de inversão de fases prevista;
- c) não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;
- i) praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Segundo: A sanção de suspensão, referida no inciso III do artigo 83 da Lei n. 13.303/2016, deve observar os seguintes parâmetros:

- a) se não se caracterizar má-fé, a pena base deve ser de 6 (seis) meses;
- b) caracterizada a má-fé ou intenção desonesta, a pena base deve ser de 1 (um) ano e a pena mínima deve ser de 6 (seis) meses, mesmo aplicando as atenuantes previstas.

Parágrafo Terceiro: As penas bases definidas acima devem ser qualificadas nos seguintes casos:

- a) em 1/2 (um meio), se a FORNECEDORA for reincidente;
- b) em 1/2 (um meio), se a falta da FORNECEDORA tiver produzido prejuízos relevantes para a CELESC.

Parágrafo Quarto: As penas bases definidas no Parágrafo Segundo devem ser atenuadas nos seguintes casos:

- a) em 1/4 (um quarto), se a FORNECEDORA não for reincidente;
- b) em 1/4 (um quarto), se a falta da FORNECEDORA não tiver produzido prejuízos relevantes para a CELESC;

Aprovado
DPSU/DVLT

Aprovado
Advogado



- c) em 1/4 (um quarto), se a FORNECEDORA tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
- d) em 1/4 (um quarto), se a FORNECEDORA comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 42 do Decreto n. 8.420/2015.

Parágrafo Quinto: Na hipótese do Parágrafo Segundo, se não caracterizada má-fé ou intenção desonesta e se a FORNECEDORA contemplar os requisitos para as atenuantes previstos nas alíneas acima, a pena de suspensão deve ser substituída pela de advertência, prevista no inciso I do artigo 83 da Lei n. 13.303/2016.

Parágrafo Sexto: A FORNECEDORA, para além de hipóteses previstas no presente Contrato, estará sujeita à multa:

- a) de mora, por atrasos não justificados no prazo de execução de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela do objeto contratual em atraso, por dia de atraso, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.
- b) compensatória, pelo descumprimento total do Contrato, no montante de até 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Sétimo: Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o Contrato pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, do gestor do contrato.

Parágrafo Oitavo: Acaso a multa não cubra os prejuízos causados pela FORNECEDORA, a CELESC pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Nono: A multa aplicada pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à FORNECEDORA em razão do Contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro Contrato havido entre a CELESC e a FORNECEDORA, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

O inadimplemento contratual de qualquer das partes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato e antecedida de comunicação à outra parte contratante sobre a intenção de rescisão, apontando-se as razões que lhe são determinantes, dando-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para eventual manifestação.

Parágrafo Primeiro: A parte que pretende a rescisão deve avaliar e responder motivadamente a manifestação referida no subitem precedente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comunicando a outra parte, na forma prevista neste Contrato, considerando-se o Contrato rescindido com a referida comunicação.

Parágrafo Segundo: Aplica-se a teoria do adimplemento substancial, devendo as partes contratantes ponderar, no que couber, antes de decisão pela rescisão:

- a) impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- b) riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- c) motivação social e ambiental do empreendimento;

Aprovado
DPSU/DVLT

Aprovado
Advogado

- d) custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- e) despesa necessária à preservação das instalações e dos objetos já executados;
- f) despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- g) possibilidade de saneamento dos descumprimentos contratuais;
- h) custo total e estágio de execução física e financeira do Contrato;
- i) empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação do Contrato;
- j) custo para realização de nova licitação ou celebração de novo Contrato;
- k) custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

Parágrafo Terceiro: O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela FORNECEDORA pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

Parágrafo Quarto: Na hipótese do parágrafo terceiro desta Cláusula, a CELESC pode conceder prazo para que a FORNECEDORA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da FORNECEDORA de corrigir a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR ATOS LESIVOS À CELESC

Com fundamento no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, constituem atos lesivos à CELESC as seguintes práticas:

- a) fraudar o presente Contrato;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou neste instrumento contratual;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato; e
- e) realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 8.420/2015, Lei n. 8.666/1993, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas no presente Contrato.

Parágrafo Primeiro: A prática, pela FORNECEDORA, de atos lesivos à CELESC, a sujeitará, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

- a) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;
- b) publicação extraordinária da decisão condenatória.

Parágrafo Segundo: Na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea “a” do parágrafo acima, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Parágrafo Terceiro: As sanções descritas serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

Parágrafo Quarto: A publicação extraordinária será feita às expensas da empresa sancionada e será veiculada na forma de extrato de sentença nos seguintes meios:

Aprovado
DS

DPSU/DVLT

Aprovado
DS

Advogado

- a) em jornal de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da FORNECEDORA ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no estabelecimento ou no local de exercício da atividade da FORNECEDORA, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) no sítio eletrônico da FORNECEDORA, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

Parágrafo Quinto: A aplicação das sanções previstas não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

Parágrafo Sexto: A prática de atos lesivos à CELESC será apurada e apenada em Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), instaurado pelo Diretor Presidente da CELESC e conduzido por comissão composta por 2 (dois) servidores designados.

Parágrafo Sétimo: Na apuração do ato lesivo e na dosimetria da sanção eventualmente aplicada, a CELESC deve levar em consideração os critérios estabelecidos no artigo 7º e seus incisos da Lei n. 12.846/2013.

Parágrafo Oitavo: Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei n. 8.666/1993, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, a FORNECEDORA também estará sujeita a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no PAR.

Parágrafo Nono: A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Décimo: O processamento do PAR não interferirá na instauração e seguimento de processo administrativo específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à CELESC resultantes de ato lesivo cometido pela FORNECEDORA, com ou sem a participação de agente público.

Parágrafo Décimo Primeiro: O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei n. 12.846/2013 e no Decreto n. 8.420/ 2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o artigo 21 do Decreto no. 8.420/2015.

Parágrafo Décimo Segundo: A responsabilidade da pessoa jurídica na esfera administrativa não afasta ou prejudica a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

Parágrafo Décimo Terceiro: As disposições desta Cláusula se aplicam quando a FORNECEDORA se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

Parágrafo Décimo Quarto: Não obstante o disposto nesta Cláusula, a FORNECEDORA está sujeita a quaisquer outras responsabilizações de natureza cível, administrativa e, ou criminal, previstas neste Contrato e, ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INSPEÇÃO E ENSAIOS

Todos os insumos adquiridos pela CELESC estarão sujeitos à prévia inspeção no Brasil ou no exterior, conforme o caso, durante e/ou após a fabricação ou em qualquer etapa que a CELESC julgar necessário. A inspeção e/ou ensaio será realizado conforme as prescrições dispostas nos

Aprovado
DPSU/DVLT

Aprovado
Advogado

procedimentos de inspeções da CELESC disponíveis no sítio eletrônico <http://fornecedores.celesc.com.br/inspecao-e-qualidade#procedimentos-de-inspecao>.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GARANTIA DO MATERIAL

O prazo de garantia dos materiais será conforme disposto na Instrução Normativa I-144.0010 – (Garantia para materiais e equipamentos do sistema elétrico de potência), disponível em <https://www.celesc.com.br/especificacao-de-equipamentos-e-materiais>, contados a partir da data da aceitação final pela inspeção da CELESC.

Parágrafo Primeiro: O material que apresentar defeito, mau funcionamento ou não conformidade durante o período de garantia, deverá ser repostado pela FORNECEDORA, em condições perfeitas de utilização, num prazo máximo idêntico ao constante no campo "Prazo de Entrega" de sua proposta, contado a partir da devolução por parte da CELESC.

Parágrafo Segundo: Caso a FORNECEDORA não cumpra o disposto no parágrafo anterior, a CELESC cobrará daquela o valor do material, a preço de mercado, independentemente da cobrança de indenização por quaisquer prejuízos decorrentes de defeito, mau funcionamento ou não conformidade apresentada pelo material.

Parágrafo Terceiro: Todas as despesas incorridas pela CELESC para sanar defeitos durante o período de garantia, inclusive as referentes a testes, ensaios, remoção, reinstalação do substituído, frete, seguro, estadia, passagens e alimentação, serão cobradas da FORNECEDORA.

Parágrafo Quarto: Caso seja necessária a remoção do equipamento para conserto durante o período de garantia, a FORNECEDORA deverá instalar imediatamente equipamento reserva similar por um período máximo de 30 (trinta) dias, período no qual deverá ser apresentada uma solução definitiva ao problema, sem custo adicional para a CELESC, respeitando-se os prazos de atendimento citados.

Parágrafo Quinto: Deverá ainda ser observado o disposto no item garantia da(s) na Instrução Normativa I-144.0010 – (Garantia para materiais e equipamentos do sistema elétrico de potência), disponível em <https://www.celesc.com.br/especificacao-de-equipamentos-e-materiais> citado(s) na descrição do(s) material(ais), o qual prevalecerá sobre o que conflitar com esta cláusula.


CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO COMPROMISSO


A FORNECEDORA compromete-se a participar de projetos de Responsabilidade Social e respeitar, a todo tempo, a legislação ambiental, bem como jamais utilizar-se de trabalho infantil, escravo, degradante ou qualquer outro que transgrida as normas que regulem a matéria.

Parágrafo Primeiro – A FORNECEDORA compromete-se a ter ciência, conhecer e respeitar os princípios contidos na Política de Relacionamento com Fornecedores CELESC e na Política Anticorrupção da Celesc, cuja íntegra esta disponibilizada no *site* da CELESC (www.celesc.com.br), link Fornecedores/políticas/outras políticas corporativas, bem como às penalidades que o não cumprimento destas políticas podem ocasionar.

Parágrafo Segundo – A FORNECEDORA compromete-se também a:

- a. Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, e implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido,

Aprovado

DPSU/DVLT

Aprovado

Advogado

- inclusive quanto ao cumprimento das obrigações expressas no compromisso pelo combate à escravidão, promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- b. Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
 - c. Não permitir a prática de discriminação com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico, orientação sexual ou quaisquer outras formas de discriminação, implementando esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;
 - d. Proteger e preservar o meio ambiente, bem como, buscar prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;
 - e. Buscar a incorporação em sua gestão dos Princípios do Pacto Global e Pacto Nacional Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil nas Rodovias, Pacto empresarial Pela Integridade e Contra a Corrupção;
 - f. Priorizar a contratação de fornecedores locais e de pequeno e médio porte, contribuindo para o desenvolvimento e geração de renda local;
 - g. Praticar a inclusão social através da contratação e capacitação profissional de pessoas com deficiência, levando em consideração a atividade empresarial desenvolvida e o disposto na Lei Federal nº 8213/91, artigo 93;
 - h. Garantir que os materiais/equipamentos fornecidos sejam de origem idônea e que não decorram de falsificações, piratarias ou atos ilícitos.

Parágrafo Terceiro - A CELESC poderá, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações conferidas à FORNECEDORA nesta Cláusula, sendo-lhe facultadas visitas a quaisquer estabelecimentos desta, sem prévio aviso.

Parágrafo Quarto - Caso seja constatada a prática de infrações citadas nesta Cláusula, pela fiscalização da CELESC, a FORNECEDORA será notificada para tomar as providências cabíveis, sem prejuízo de instauração do processo administrativo de aplicação de penalidade, conforme Cláusula Décima Quarta deste contrato.

Parágrafo Quinto - Em ocorrendo quaisquer danos ao meio ambiente, a FORNECEDORA deverá comunicar à CELESC, imediatamente e de forma eficaz, bem como realizar todas as medidas possíveis e necessárias no sentido de reparar e minimizar os danos e impactos ambientais gerados. A FORNECEDORA também deverá comunicar à CELESC as notificações, citações e autos de infração que receber, sem que este fato implique em transferência de qualquer responsabilidade à CELESC.

Parágrafo Sexto: A FORNECEDORA, por seus funcionários ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores, conforme Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 01/2020 (consultar no site www.celesc.com.br, link Fornecedores – Políticas), por meio da assinatura desse instrumento contratual:

I - declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nos 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II - comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso I acima e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

Aprovado

DPSU/DVLT

Aprovado

Advogado



III - comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV - declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas nos incisos I, II e III acima, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Este contrato será regido pela Lei n. 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Celesc, Lei n. 10.520/2002, Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 8.420/2015, Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Federal nº 10.024/2019, Código Civil Brasileiro e legislação complementar.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os efeitos legais, por si e seus sucessores.

Florianópolis, 6/11/2020 | 16:52 BRT

DocuSigned by:
Eduardo Jose Perozin
A7A19F12BC4C42F...
Celesc Distribuição S/A

DocuSigned by:
Carlos Alberto Moreira
55CEG249FF40437...
Fornecedora

DocuSigned by:
Deborah Firme Rodrigues
825AC6365004F1...
Testemunha
Nome
CPF 03753269107

DocuSigned by:
Alexandre Wilhyan Mathioni
AC2F47842E374CF...
Celesc Distribuição S/A

Fornecedora

Testemunha
Nome
CPF

Aprovado
DPSU/DVLT

Aprovado
Advogado



ADENDO I - DA MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE COMPROMISSO

O presente Termo de Compromisso tem por objetivo zelar pelas boas relações comerciais entre a CELESC e a FORNECEDORA, incentivando e aprimorando as melhores práticas no relacionamento corporativo. A empresa Vixbot Soluções Em Informática Ltda - EPP, estabelecida à SHCGN, CR, QD 702/703,sn, Bloco A, Loja 47, Parte GL, bairro Asa Norte, CEP 70720-610, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob nº 21.997.155/0001-14, neste ato representada por seu representante legal infra assinado, concorda e declara:

- a) que a partir da data de assinatura deste termo irá cumprir com as condições e regras transcritas na **POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES CELESC**, se adequando às condições que ainda não foram desenvolvidas ou integradas aos processos de gestão da empresa, visando uma melhor sinergia entre contratante e contratada;
- b) ter ciência, conhecer e respeitar os princípios contidos na **POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES CELESC**, cuja íntegra está disponibilizada no site da Celesc (www.celesc.com.br), link fornecedores, bem como às penalidades que o não cumprimento desta política pode ocasionar;
- c) que prestará esclarecimentos, sempre que solicitado(a), sobre todo e qualquer fato gerador de dúvidas que possam aparecer durante o processo;
- d) permitir, a qualquer tempo, a visita de empregados da CELESC para verificação e constatação quanto à veracidade das informações e do cumprimento dos itens estabelecidos no Código de Conduta Ética e na política de relacionamento com fornecedores e em cláusulas contratuais;
- e) saber e estar de acordo que a assinatura deste Termo de Compromisso não obriga a CELESC a estabelecer qualquer relação comercial com a empresa signatária;
- f) compartilhar com a CELESC e com a sua respectiva rede de fornecedores os esforços, as práticas e propostas que visam à sustentabilidade dos negócios e as dificuldades que a empresa identificou na busca da melhoria neste processo, e
- g) primar pela qualidade dos bens/serviços oferecidos/contratados.

9/11/2020 | 18:25 BRT

(Local e Data)

DocuSigned by:

..... Carlos Alberto Moreira

55CEC249FF40437...

(representante legal)

Aprovado

DS

DPSU/DVLT

Aprovado

DS

Advogado

ADENDO II DA MINUTA DE CONTRATO**TERMO DE COMPROMISSO DE POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO**

Por este instrumento particular, a FORNECEDORA compromete-se a cumprir integralmente as disposições da Política Anticorrupção, Política de Responsabilidade Socioambiental e da Política de Relacionamento com Fornecedores da CELESC da qual toma conhecimento neste ato, assim como da disponibilidade das referidas políticas no site <http://transparencia.celesc.com.br>

E, para fiel cumprimento desse compromisso, a FORNECEDORA declara e garante que nem ela, diretamente ou por intermédio de qualquer subsidiária ou afiliada, e nenhum de seus diretores, empregados ou qualquer pessoa agindo em seu nome ou benefício, realizou ou realizará qualquer ato que possa consistir em violação às proibições descritas (i) na Lei n. 12.846/2013, doravante denominada “Lei Anticorrupção Brasileira”, (ii) na Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., conforme alterado), doravante denominada FCPA, (iii) e nas convenções e pactos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, em especial a Convenção da OCDE sobre Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção Interamericana contra a Corrupção – OEA, todas referidas como “Normas Anticorrupção”, incluindo pagamento, oferta, promessa ou autorização de pagamento de dinheiro, objeto de valor ou mesmo de valor insignificante mas que seja capaz de influenciar a tomada de decisão, direta ou indiretamente, a:

- a) qualquer empregado, oficial de governo ou representante de, ou qualquer pessoa agindo oficialmente para ou em nome de uma entidade de governo, uma de suas subdivisões políticas ou uma de suas jurisdições locais, um órgão, conselho, comissão, tribunal ou agência, seja civil ou militar, de qualquer dos indicados no item anterior, independente de sua constituição, uma associação, organização, empresa ou empreendimento controlado ou de propriedade de um governo, ou um partido político (os itens A a D doravante denominados conjuntamente autoridade governamental);
- b) oficial legislativo, administrativo ou judicial, independentemente de se tratar de cargo eletivo ou comissionado;
- c) oficial de, ou indivíduo que ocupe um cargo em, um partido político;
- d) candidato ou candidata a cargo político;
- e) um indivíduo que ocupe qualquer outro cargo oficial, cerimonial, comissionado ou herdado em um governo ou qualquer um de seus órgãos; ou
- f) um oficial ou empregado(a) de uma organização supranacional (por exemplo, Banco Mundial, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, OCDE) (doravante denominado oficial de governo);
- g) ou a qualquer pessoa enquanto se saiba, ou se tenha motivos para crer que qualquer porção de tal troca é feita com o propósito de:
 - g.1.) influenciar qualquer ato ou decisão de tal oficial de governo em seu ofício, incluindo deixar de realizar ato oficial, com o propósito de assistir a CELESC ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro;

Aproyado
DS

DPSU/DVLT

Aproyado
DS

Advogado



g.2.) assegurar vantagem imprópria;

g.3) induzir tal oficial de governo a usar de sua influência para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de uma autoridade governamental com o propósito de assistir a CELESC ou qualquer outra pessoa a obter ou reter negócios, ou direcionar negócios a qualquer terceiro; ou

g.4) fornecer um ganho ou benefício pessoal ilícito, seja financeiro ou de outro valor, a tal oficial de governo.

A FORNECEDORA, inclusive seus diretores, empregados e todas as pessoas agindo em seu nome ou benefício, com relação a todas as questões afetando a CELESC ou seus negócios, se obrigam a:

a) permanecer em inteira conformidade com as Leis Anticorrupção, e qualquer legislação antissuborno, anticorrupção e de conflito de interesses aplicável, ou qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstendo-se de qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas às Leis Anticorrupção;

b) tomar todas as precauções necessárias visando prevenir ou impedir qualquer incompatibilidade ou conflito com outros serviços ou com interesses da CELESC, o que inclui o dever de comunicar as relações de parentesco existentes entre os colaboradores da FORNECEDORA e da CELESC; e

c) observar, no que for aplicável, o Programa de Compliance da CELESC, sobre o qual declara ter pleno conhecimento.

Entendendo que é papel de cada organização fomentar padrões éticos e de transparência em suas relações comerciais, a CELESC incentiva a FORNECEDORA, caso ainda não possua, a elaborar e implementar programa de integridade próprio, observando os critérios estabelecidos no Decreto n. 8.420/2015.

Caso a FORNECEDORA ou qualquer de seus colaboradores venha a tomar conhecimento de atitudes ilícitas ou suspeitas, especialmente se referentes à violação das Leis Anticorrupção, deve informar prontamente à CELESC, por meio do Canal de Denúncias disponível em www.celesc.com.br e no telefone 0800483232.

Fica esclarecido que, para os fins do Contrato, a FORNECEDORA é responsável, perante a CELESC e terceiros, pelos atos ou omissões de seus colaboradores.

Por fim, a FORNECEDORA declara estar ciente de que a fiel observância deste instrumento é fundamental para a condução das atividades inerentes ao Contrato de maneira ética e responsável, constituindo falta grave, passível de imposição de penalidade, qualquer infração, ao disposto deste instrumento.

9/11/2020 | 18:25 BRT

(Local e Data)

DocuSigned by:

..... Carlos Alberto Moreira

55CEC249FF40437...

(Representante legal)

Aprovado
DPSU/DVLT

Aprovado
Advogado

ADENDO IV DA MINUTA DE CONTRATO – INFORMAÇÕES EM CÓDIGO

2D (QR CODE - MODELO)

Dados para QR Code	Exemplo	Tipo
Tipo de Objeto Técnico	Equipamento XYZ	Descrever material
Número equipamento (Placa):	12345678	Enviado pela Celesc
Fabricante(QR)	Celesc Distribuição S/A	(Tabela ZPMT001)
Número série fabricante(QR)	87654321	Alfanumérico (40)
Ano fabricação:(QR)	2018	Data (Ano)
Mês fabricação:(QR)	01	Data (Mês)
Modelo do equipamento: (QR)	12.12.1234	Alfanumérico (40)
Código material Celesc:(Placa e QR)	11111	Enviado pela Celesc
Número pedido Celesc:(Placa e QR)	4500001234	Enviado pela Celesc
Item pedido Celesc:(Placa e QR)	10	Enviado pela Celesc
OUTRAS POSSÍVEIS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS		
A1: Tipo de Bem(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A2: Código(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A2: Tensão Nominal(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A2: Tensão Primária(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A3: Corrente Nominal(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A3: Maior relação de transformação(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A3: Tensão Secundária(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A3: Tipo de Controle(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A4: Maior relação de corrente(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A4: Meio Extinção(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A4: Número de Fases(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A4: Potência (QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A4: Tipo reistor	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A5: Classe exatidão enrolamento(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A5: Corrente descarga	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A5: Tipo de Controle(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A5: Uso(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A6: Cap Interrupção:(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A6: Corrente Máxima Interrupção (QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A6: Descrição do Uso (QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
A6: Tipo de Proteção(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
Classe Tensão:(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
Ligação Primário (QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
Ligação Secundário (QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
Perda no Ferro(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
Perda Total(QR)	<<Descrever>>	<<Descrever>>
Potência sem refrigeração(QR):	<<Descrever>>	<<Descrever>>
Relação TC:	<<Descrever>>	<<Descrever>>
Relação TP:	<<Descrever>>	<<Descrever>>

Aprovado

 DPSU/DVLT

Aprovado

 Advogado



Celesc Distribuição S/A
CNPJ: 08.336.783/0001-90

IE: 255.266.626

Processo: 20/00250703

Pregão Eletrônico: 20/00597

Pedido de Compra 4500373253

Tipo: NB
Data Expedição: 6/11/2020 | 16:52 BRT

Fornecedor: 1021085 - VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA EPP
CNPJ: 21.997.155/0001-14
Endereço: SHCGN CR QUADRA 702/703 , S/N - ASA NORTE
Cidade/UF: Brasília / DF CEP: 70720-610 Telefone: 61 3046-9990
CNPJ Faturamento: UF Faturamento:

Condições de Pagamento:
0013 - 30 dias úteis condicionados ao calendário Celesc

Frete: CIP

Material: 42878 AR CONDICIONADO 30000 BTUS QUENTE E FRIO Unid. Medida: Peças Garantia: 12 MESES Marca: PHILCO

Condicionador de ar tipo Split 30.000 Btus, HIGH WALL, ciclo quente e frio, motor rotativo, monofásico, 220v com filtro anti-pó, controleremoto sem fio, com funções Sleep, Timer, Dry, selo procel classificaçãoA, homologado pelo Inmetro.Garantia de 12 meses.

Item	Qtde.	Preço c/ICMS s/IPI	%IPI	Valor IPI	%ICMS	Valor ICMS	%Diferença	Valor Unit. Proposta	Difal ST	Fatur/Vl. NF	Local de Entrega	Prazo	Data Entrega
10	23,00	3.340,4317	0,00	0,00	12,00	9.219,59	6,0241	3.541,66	0,00	76.829,93	ALMOXARI FADO CENTRAL	45	
20	7,00	3.368,4886	0,00	0,00	12,00	2.829,53	6,0241	3.571,41	0,00	23.579,42	ALMOXARI FADO CENTRAL	45	
30	1,00	3.340,4300	0,00	0,00	12,00	400,85	6,0241	3.541,66	0,00	3.340,43	ALMOXARI FADO CENTRAL	45	
Totais			IPI 0,00		ICMS 12.449,97		Difal ST 0,00						

Faturamento 103.749,78
Total do Pedido 109.999,77



Celesc Distribuição S/A
CNPJ: 08.336.783/0001-90

IE: 255.266.626

Processo: 20/00250703

Pregão Eletrônico: 20/00597

Pedido de Compra 4500373253

Tipo: NB
Data Expedição: 6/11/2020 | 16:52 BRT

Fornecedor: 1021085 - VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA EPP

CNPJ: 21.997.155/0001-14

Endereço: SHCGN CR QUADRA 702/703, S/N - ASA NORTE

Cidade/UF: Brasília / DF CEP: 70720-610 Telefone: 61 3046-9990

CNPJ Faturamento: UF Faturamento:

Condições de Pagamento:

0013 - 30 dias úteis condicionados ao calendário Celesc

Frete: CIP

Local de Entrega:

ALMOXARIFADO CENTRAL - BR 101 KM 215 SN - Caminho Novo / Palhoça - SC (88130-050) BR

Fiscal PC: Email: Telefone:

Email para NFE: nfe@celesc.com.br

Telefone: (48)

Email para entrega: entrega@celesc.com.br

Telefone: (48)3279-3040, (48)3279-3045 e (48)3279-3026.

Email para inspeção: dvcq@celesc.com.br

Telefone: (40)3279-3069

PEDIDO DE COMPRA (PC): Integram o presente PC, independente da transcrição, as condições estabelecidas no Edital da Licitação e proposta constante do processo e contrato.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: quando o material exigir aprovação de DESENHO, solicitar prorrogação de entrega do item do pedido.

INSPEÇÃO: A Fornecedoradora está obrigada a avisar quando o material estiver pronto para inspeção, enviando formulário de solicitação de inspeção (modelo anexo ao edital) e enviar para o e-mail dvcq@celesc.com.br com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de disponibilização do material para inspeção em fábrica no Brasil, e de 30 (trinta) dias para inspeção no exterior.

INSPEÇÃO EM FÁBRICA: A inspeção em fábrica deverá ser feita em lote completo por datas de entrega. Lotes parciais poderão ser inspecionados desde que seja de interesse mútuo da Celesc Distribuição S.A. e da fornecedora. **VIDE INSPEÇÃO**

CANCELAMENTO DE INSPEÇÃO: Após a confirmação da data de início da inspeção, o cancelamento da mesma realizado por parte da solicitante em prazo inferior a 5 (cinco) dias úteis, sujeitarão fornecedor ao pagamento das despesas atinentes à reprogramação de viagem, sendo considerado tal fato como chamada improdutiva.

BIM: O almoxarifado Central da Celesc Distribuição S.A. só recebe os Materiais com o Boletim de Inspeção de Material- BIM, com aprovação, ou Autorização de Entrega, emitida via e-mail, pela Divisão de Inspeção e Controle de Qualidade - DVCQ, da Celesc Distribuição S.A. ou o Documento de Dispensa de Inspeção.

PRÉVIA NOTA FISCAL: Uma prévia da nota fiscal e o BIM devem ser enviados para aprovação para o email entrega@celesc.com.br. **VIDE AGENDAMENTO.**

NFe.: No arquivo .xml da nota fiscal eletrônica (Nfe) devem ser preenchidos os campos <xPed> com o número do Pedido de Compra e <nItemPed> com os números de itens respectivos.

AGENDAMENTO DE ENTREGA: Não serão aceitas entregas no Almoxarifado Central da Celesc Distribuição S.A. na Palhoça/SC fora do horário e dia determinados. Após aprovação da nota fiscal o agendamento é feito pelos telefones a serem indicados, em resposta do email entrega@celesc.com.br.



Celesc Distribuição S/A
CNPJ: 08.336.783/0001-90

IE: 255.266.626

Processo: 20/00250703

Pregão Eletrônico: 20/00597

Pedido de Compra 4500373253

Tipo: NB
Data Expedição: 6/11/2020 | 16:52 BRT

Fornecedor: 1021085 - VIXBOT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA EPP

CNPJ: 21.997.155/0001-14

Endereço: SHCGN CR QUADRA 702/703, S/N - ASA NORTE

Cidade/UF: Brasília / DF CEP: 70720-610 Telefone: 61 3046-9990

CNPJ Faturamento: UF Faturamento:

Condições de Pagamento:

0013 - 30 dias úteis condicionados ao calendário Celesc

Frete: CIP

O PAGAMENTO está condicionado ao recebimento parcial ou definitivo, conforme previsto no instrumento de contrato ou documento equivalente, e deve ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal, da Fatura ou documento equivalente pela contratada, que deve conter o detalhamento com número de item e número de pedido do objeto executado.

Números de série a serem informados na placa do equipamento:

Item

Material

Nº de Série

DocuSigned by:

Eduardo Jose Perozin

A7A19F12BC4C42F...

DocuSigned by:

Alexandre Wilhyan Mathioni

AC2F47842E374CF...

COMUNICADO AOS FORNECEDORES

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Prezados Fornecedores:

Comunicamos que, a partir de MARÇO/2017, as Notas Fiscais apresentadas para a Celesc no fornecimento de Materiais deverão estar no Modelo abaixo. **Alertamos que o descumprimento poderá acarretar a devolução do Material.**

Como pode ser observado necessitamos que na Descrição do Produtos/Serviços (nome do campo na Nota Fiscal) seja informado o Cód.CElesc XXXX (código do material informado no Pedido de Compra) – Item XXX (item informado no Pedido de Compra) como no modelo abaixo. Assim, cada item do Pedido de Compra deve equivaler a uma Linha da Nota Fiscal. Além disso, o número do pedido e o item do pedido devem vir informados no XML.

Alertamos ainda, que os Pedidos identificados como BID deverão estar em Nota Fiscal exclusiva itens BID e os materiais objeto destes Pedidos deverão possuir em suas embalagens, palets ou equivalente identificação feita pela Fornecedora, a fim de segregar materiais de destinos ou fundos financeiros diferentes.

Esta alteração tem o intuito de agilizar todas as etapas de conferência das Notas Fiscais que a Celesc deve fazer e assim possibilitar um menor número de erros em seus processos.

Contamos com a colaboração de todos os nossos parceiros comerciais e estamos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

DPSU (Departamento de Suprimentos) DVPS(Divisão de Planejamento de Suprimentos)

Contato: (48) 3231.6315 – DPSU (Luiz Ramos) (48) 3279.3025 – Recebimento (Salette)

Modelo abaixo:

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS														
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CSO SN	CFOP	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DESC. %	B.CÁLC. DO ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
000084	CONECTOR CUNHA RAMAL TIPO I Cod. CELESC 6383 - Item 70.	85359000	0500	5405	PC	11250,00	2,37	26.662,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
000084	CONECTOR CUNHA RAMAL TIPO I Cod. CELESC 6383 - Item 100.	85359000	0500	5405	PC	3750,00	2,37	8.887,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
000085	CONECTOR CUNHA RAMAL TIPO 2 Cod. CELESC 6382 - Item 80.	85359000	0500	5405	PC	18750,00	1,46	27.375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Além disso, o número do pedido e o item do pedido devem vir obrigatoriamente informados no XML.

```
<cProd>000000008910701149</cProd>
<cEAN>SEM GTIN</cEAN>
<xProd>CONTADOR TRIFÁSICO DIGITAL DE ENERGIA ELÉTRICA E750-1E4-8701-A5N-2X1D CELESC</xProd>
<NCM>90283031</NCM>
<CFOP>6101</CFOP>
<uCom>PEÇ</uCom>
<qCom>250.0000</qCom>
<vUnCom>974.1700000000</vUnCom>
<vProd>243542.50</vProd>
<cEANtrib>SEM GTIN</cEANtrib>
<uTrib>PEÇ</uTrib>
<qTrib>250.0000</qTrib>
<vUnTrib>974.1700000000</vUnTrib>
<indTot>1</indTot>
<xPed>4500363401</xPed>
<nItemPed>000010</nItemPed>
```